



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional de Arcos

Parecer Técnico IEF/NAR ARCOS nº. 31/2022

Belo Horizonte, 07 de abril de 2022.

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: PAULO GUILHERME BIRCHAL DE OLIVEIRA	CPF/CNPJ: 426.941.246-15
Endereço: Rua Nicaraguá - nº 120, apto 701	Bairro: Sion
Município: Belo Horizonte	UF: MG
Telefone:	CEP: 30320-060
E-mail:	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?
 (x) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	CEP:
E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Unidas Antas, Capão dos Martins e Cocais	Área Total (ha): 109,1377
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 16.357	Município/UF:
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3123205-7141.C0F6.3351.4302.9055.71F4.B943.F1E5	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo	74,5400	hectares

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo	0,00000	ha	23k	437964,813	7835095,500

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Pecuária	-----	0,0000

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	cerrado e campo cerrado		0,0000

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
-----	-----	-----	-----

1. HISTÓRICO

Processo administrativo nº 2100.01.0058905/2020-89_ Requerente da intervenção: Paulo Guilherme Birchal de Oliveira_ Proprietário do imóvel: Paulo Guilherme Birchal de Oliveira: Fazenda Unidas Antas, Capão dos Martins e Cocais _ Mat.16.357_ Dolores do Indaia/MG.

Data de formalização do processo: 09/12/2020

Data de solicitação de informações complementares: 01/12/2021

Data do recebimento de informações complementares: 01/12/2021

Data do pedido de prorrogação de prazo: 27/01/2022

Data da apresentação das informações complementares: 01/04/2022

Data da vistoria: 23/11/2021

Data de emissão do parecer técnico: 07/04/2022

2. OBJETIVO

É objeto desse processo a análise para a Supressão da Cobertura Vegetal Nativa com destoca em 74,5400ha na Fazenda Unidas Antas, Capão dos Martins e Cocais _ Mat.16.357, localizada no município de Dorés do Indaia, visando a implantação para área de agropecuária.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominado de fazenda Unidas Antas, Capão dos Martins e Cocais está localizado no município de Dorés do Indaia, matrícula de nº 16.357, registrado no cartório de registro de imóveis de Dorés do Indaia, com área enunciativa de 109,1396 ha na matrícula e no levantamento topográfico, possuindo o imóvel 3,11módulos fiscais. O mesmo se localiza no Bioma Cerrado, havendo, de acordo como o último inventário florestal de Minas Gerais, 23,05% de cobertura vegetal nativa remanescente no município de Dorés do Indaia.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro MG-3123205-7141.C0F6.3351.4302.9055.71F4.B943.F1E5

- Área total: 109,1377 ha

- 3,1182 módulos fiscais

- Área de reserva legal: 22,0066ha,

-Área de servidão administrativa: 0,0440ha.

- Área de preservação permanente: 11,4116 ha. Toda recoberta por vegetação nativa, sendo em partes por cerrado em regeneração.

- Área de uso antrópico consolidado: 0,0000ha.

-Remanescente de Vegetação Nativa: 107,0488 ha (Incluindo áreas de APP e de RL)

- Qual a situação da área de reserva legal: No imóvel foram declarados 22,066ha de reserva legal com fisionomia de cerrado e área de transição, ecótono para floresta estacional semidecidual, em duas glebas de 1,8488ha e 20,1578ha, ambas anexas/ adjacentes a duas áreas de APP que existem no imóvel formando um único bloco de vegetação nativa com essas. Importante esclarecer que a área de reservas legal não é averbada na respectiva certidão de registro de imóveis.

Os principais vértices que compõe as glebas de reserva legal são:

Área de 1,8488ha: V1) 437892,523 e 7834733,130; **V2)** 437970,819 e 7834509,616; **V3)** 438065,846 e 7834601,734; **V4)** 438078,474 e 7834607,035 ; e **V5)** 438051,368 e 7834660,697;

Área de 20,1578ha: V1) 438219,298 e 7834604,547; **V2)** 438460,294 e 7834180,537; **V3)** 438283,407 e 7834126,296; **V4)** 438369,155 e 7833879,645; **V5)** 438421,744 e 7833822,132; **V6)** 438519,995 e 7833835,295; **V7)** 438524,625 e 7833694,251 deste acompanhando a APP do curso de água até o **V8)** 438009,907 e 7834462,710.

- Do desmembramento do Imóvel.

A matrícula deste imóvel foi aberta no ano de 2017 e é fruto da unificação de duas matrículas anteriores de nº 5.032 e 7.110, ambas apresentadas nas informações complementares do processo. Por sua vez, as matrículas anteriores de nº 5.032 e de nº 7.110 procedem a data de 1984 e 1992, respectivamente, sendo que o Sr. Paulo Guilherme Birchall de Oliveira adquiriu 50% das duas matrículas no ano de 1992 e o restante dos 50% das duas matrículas a data de 2010 e 2009 respectivamente.

- Dos CAR's vizinhos.

Foi identificado que o proprietário também possui em seu nome/posse do imóvel inscrito sob o CAR de nº: MG-3123205-22F6D78C745141F68C918ABE79C96035, e que o mesmo é confrontante ao imóvel em análise nesse processo, esse imóvel possui uma área de 393,8839ha e 11,25 módulos fiscais.



Foi apresentado pelo proprietário nas informações complementares do processo os arquivos de dados georreferenciados dos dois imóveis, relativos ao banco de dados do INCRA. Foi alegado pela consultoria que conforme os memoriais descritivos descritos dos dois imóveis estes não são confrontantes, no entanto a de se observar dois pontos:

- 1° Um dos referidos vértices mais próximos estão descritos como divisa a estrada municipal;
- 2° A estrada municipal deverá ser descrita como área de servidão.

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. No entanto, como demanda a Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 02/2014, em seu art. 32, o CAR de nº

MG-3123205-7141.C0F6.3351.4302.9055.71F4.B943.F1E5 deveria ser unificado com o CAR de nº MG-3123205-22F6D78C745141F68C918ABE79C96035 por possuírem a mesma titularidade, para que se possa avaliar o percentual de vegetação nativa das duas propriedades juntas.

“Art. 32. Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais, que dispõem de mais de uma propriedade ou posse em área contínua, deverão efetuar uma única inscrição para esses imóveis.”

Parágrafo único. Para o cumprimento dos percentuais da Reserva Legal, bem como para a definição da faixa de recomposição de Áreas de Preservação Permanente, previstos nos arts. 12 e 61-A da Lei no 12.651, de 2012, o proprietário ou possuidor deverá inscrever a totalidade das áreas.”

Além disso deveria ser observado o Art. 37

“Art. 37. Os imóveis rurais já inscritos no CAR que forem agrupados ou lembrados deverão refazer a inscrição indicando os compromissos decorrentes do § 2º dos arts. 2º e 7º da Lei no 12.651, de 2012, quanto ao cumprimento dos percentuais de Reserva Legal descritos na primeira inscrição.”

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

É objeto desse processo a análise para a Supressão da Cobertura Vegetal Nativa com destoca em 74,5400ha na Fazenda Unidas Antas, Capão dos Martins e Cocais _ Mat.16.357, localizada no município de Dorés do Indaia, visando a implantação para área de agropecuária.

Foram apresentados os seguintes documentos essenciais a análise do processo:

- Requerimento de intervenção Ambiental;
- Certidões de registros de imóveis atual e anteriores;
- Cadastro Ambiental Rural;
- Plano de utilização Pretendia e Inventário florestal elaborado pela Engenheira Florestal Dieymila Thaís Duarte Peixoto, ART nº 1420200000006270721, CREA MG- 231.629/D (Doc Sei nº 22126370);
- Estudo de fauna elaborada pela bióloga Vera Lúcia de Queirogas, CRbio:026931/04-D, ART do trabalho nº 20221000102344(Doc Sei nº44517193);
- Plantas topográficas e memoriais descritivos do imóvel, elaborado pelo Eng. Agrônomo Leandro da Silva Costa, CREA MG 164.009/D, ART do trabalho nº1420200000006298497;

Também foram apresentadas as seguintes taxas:

Taxa de Expediente-IEF n.º 1401032414715 referente à supressão da cobertura vegetal nativa com destoca, área de intervenção em 74.54ha, com rendimento lenhoso de 703,29078m³. Fazenda Unidas Antas, Capão dos Martins e Cocais, Município de Dolores do Indaia; no valor de R\$ 738,61, recolhido dia 24/09/2020.

Taxa Florestal IEF n.º 2901032419201 referente a 703,29078m³ de lenha nativa, no valor de R\$ 3.654,47 recolhidos dia 24/09/2020.

Dados do Inventário Florestal Apresentado:

O inventário florestal elaborado foi realizado com o método de amostragem casual estratificada sendo constatado no inventário florestal a existência de dois estratos campo e cerrado. As parcelas amostrais foram em um total de 13 parcelas, sendo 10 parcelas no estrato de campo e 03 parcelas no estrato de cerrado. As parcelas amostrais possuem um tamanho de 1000m², sendo uma intensidade amostral de 1,72 % para a área de campo e 1,83% para a área de cerrado que possuem respectivamente 57,8141ha e 16,3177ha.

A equação de cálculo para volume utilizada foi a do CETEC para a fisionomia de cerrado.

Senso obtidos os seguintes dados gerais:

Parâmetro \ Estrato	1	2	Geral
Área Total (ha)	57,81	16,14	73,95
Parcelas	10	3	13
n (Número Ótimo por Estrato)	1	15	
n (Número Ótimo pela Alocação Proporcional)	8	2	9
Volume Medido	13,4274	6,5626	19,99
Média	1,3427	2,1875	1,5271
Desvio Padrão	0,0634	0,479	0,1541
Variância	0,004	0,2295	0,0532
Variância da Média	0,0004	0,0765	0,0039
Erro Padrão da Média	0,02	0,2766	0,0624
Coefficiente de Variação %	4,7194	21,8974	10,0891
Valor de t Tabelado	1,8331	2,92	2,3534
Erro de Amostragem	0,0367	0,8075	0,1467
Erro de Amostragem %	2,7357	36,9158	9,6087
IC para a Média (90 %)	1,3060	1,3800	1,3804 <=
	<= X <=	<= X <=	X <=
	1,3795	2,9951	1,6738
IC para a Média por ha (90 %)	13,0601	13,7999	13,8036
	<= X <=	<= X <=	<= X <=
	13,7948	29,9509	16,7383
Volume Estimado	776,2944	353,0188	1129,313
IC para o Total (90 %)	755,0572	222,6990	1020,8011
	<= X <=	<= X <=	<= X <=
	797,5317	483,3386	1237,8253
EMC	1,315	1,6661	1,425

As estimativas de volume foram as seguintes (apresentadas nas informações complementares):

VOLUMETRIA TOTAL ESTIMADA						
ÁREA	Vol/Ha(m³)	Vol/Ha(st)	Vol/Ha(mdc)	VT(m³)	VT(st)	VT(MDC)
ESTRATO I - CAMPO -57,8141	5,752	8,628	2,876	332,5467032	498,8200548	166,2733516
TOCOS E RAIZES (20% da	1,1504	1,7256	0,5752	66,50934064	99,76401096	33,25467032
ESTRATO II - CERRADO -	14,970167	22,4552505	7,4850835	241,584064	362,376096	120,792032
TOCOS E RAIZES (20% da	2,9940334	4,4910501	1,4970167	48,3168128	72,4752192	24,1584064
VOL. TOTAL DISPONIVEL*	24,8666004	37,2999006	12,4333002	688,9569206	1033,435381	344,4784603
VOL. TOTAL DISPONIVEL*: VOLUME EXCETO AS IMUNES DE CORTE E CORTE RESTRITO E FRUTIFERAS						

Neste levantamento foram encontradas 33 espécies, sendo 17 espécies comuns aos dois estratos 1 e 2. Das 33 espécies inventariadas uma espécie inventariada é espécie protegida por lei, ipê amarelo, não existindo espécies ameaçadas de extinção. Na área existem espécies de madeira de uso nobre como: (*Bowdichia virgilioides*, SUCUPIRA); (*Tabebuia spp.*, CARAÍBA); (*Machaerium opacum*, JACARANDÁ-DO-CERRADO); (*Copaifera langsdorfii*, PAU D'ÓLEO) e (*Hymenaea stigonocarpa*, JATOBÁ-DO-CERRADO).

As espécies com maior valor de importância no fragmento de campo foram: Pau terra, rapadura, cagaita, espécie não identificada e sucupira.

As espécies com maior valor de importância no fragmento de cerrado foram: Pau terra, rapadura, goiaba brava, folha miúda e Gonçalo Alves.

Do inventário da Fauna

O levantamento da Fauna foi realizado com base em dados secundários, relativos a estudos que estejam na mesma área de influência direta e indireta do empreendimento. Para o estudo foram considerados fontes bibliográficas de trabalhos na região onde esta se localizado o imóvel, a se saber foram os seguintes trabalhos:

1. Souza et.al, (2018) em seu trabalho: "Levantamento ornitológico do município de Pompeu" Fonte: (Souza, T. O et al – Levantamento ornitológico do município de Pompéu, região central de Minas Gerais, Brasil. 2018)

2. Silva, D. L. (2017) em seu trabalho “Predação de animais domésticos por animais silvestres no município de Estrela do Indaiá”
Fonte: (Não localizado nas referências Bibliográficas)
3. Wild, P.M (2019) “Levantamento de fauna silvestre na Cardoso Costa Mineradora- município de Bom Despacho” – MG Fonte:
(Levantamento Faunístico – Henrique Cardoso Carvalho – ME – Mineração – Wild. PM -2019)
4. EIA para a Rodovia de Acesso Trecho: Leandro Ferreira (LMG-801) (2017); Fonte : (EIA - PROJETO DE ENGENHARIA
RODOVIÁRIA PARA MELHORAMENTO E PAVIMENTAÇÃO - RODOVIA DE LIGAÇÃO LMG-801. TRECHO: LEANDRO
FERREIRA – BR-262.(2017)

Segundo o inventário da fauna no local não foi detectado rotas migratórias, habitats ou recurso utilizados de forma representativa para a manutenção das espécies da fauna que podem ocorrer no local.

A possível ocorrência das seguintes conjuntos de animais com maior relevância quanto ao grau de conservação que podem ocorrer no local de caráter EN: em perigo; VU: vulnerável, são:

Mastofauna: (*Chrysocyon brachyurus*, Lobo guará); (*Leopardus pardalis*, Jaguaritica); (*Puma concolor*, Onça parda); (*Myrmecophaga tetradactyla*, Tamanduá bandeira), todos na categoria de vulnerável.

Avifauna: (*Theristicus caudatus*, curicaca); todos na categoria de vulnerável.

Ainda de acordo com o inventário de fauna é relatado que a área sujeita a intervenção não suporta ou abriga muitas das espécies de fauna citadas nos resultados dos registros secundários, principalmente mamíferos de médio e grande porte, visto ao seu grau de antropização e pela ausência de fragmentos vegetais significativos que pudesse servir de habitat para fauna. E também informa que as medidas propostas para a conservação são a manutenção das áreas de reservas legais e áreas de APP, não correlatando mais nenhuma medida de compensação para a conservação dessas espécies.

Foi ainda descrito nesse inventário o plano de mitigação de impactos para a fauna, tais como afastamento da fauna, captura, resgate dentre outros.

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Dentro da área pretendida para a intervenção varia de baixa a média.
- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa
- Prioridade para conservação Biodiversitas: Não existe informação do local, não existe área prioritária no local.
- Unidade de conservação: Não se localiza em nenhuma zona de amortecimento de unidade de conservação federal, estadual e municipal.
- Vulnerabilidade a erosão: Varia de Baixo a médio.
- Potencial erosivo atual: Baixo.
- Relevância da Fisionomia de Campo da região: Baixo a médio
- Relevância da Fisionomia de Cerrado da região: Baixo.
- Relevância da Fisionomia Cerradão: Muito Baixa
- Relevância da Fisionomia de Floresta Semidecidual: Alto, nos pontos de ocorrência da mesma próximo aos cursos de água.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas e licenciadas: De acordo com o FCE eletrônico apresentado, as atividades que se pretende exercer no imóvel são. G-02-08-9 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muaras, ovinos e caprinos, em regime de confinamento.
- Classe do empreendimento: Não passível de licenciamento conforme sua classificação perante a deliberação normativa Copam nº 217 de 2017.

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria no imóvel foi realizada no dia 23 de Novembro de 2021, contando com a presença dos consultores e responsáveis pela elaboração do inventário florestal e do plano de utilização pretendida. Foram conferidas 04 parcelas durante a vistoria, duas parcelas na área de campo e duas parcelas na área de cerrado, o que totaliza 30% das parcelas aferidas em campo. Foi possível se observar que dentro da área pretendida para a intervenção ocorre a presença das fisionomias de cerrado e áreas mais abertas caracterizadas como fisionomia de campo. No imóvel também foram constatadas áreas com solos expostos. Nas áreas de glebas de reservas legais ocorrem áreas de transição de cerrado para floresta estacional, ecotono. No local durante a vistoria foi encontrado apenas vestígio de espécies de passeriformes, maritacas não sendo encontrados mais vestígios de outros animais silvestres.

4.3.1 Características físicas:

- Vegetação: No imóvel existem áreas de vegetação nativa com fitofisionomia de cerrado, campo e áreas de transição ecótono, bem como matas de Galeria conforme informações do inventário florestal de Minas Gerais 2009 e informações do inventário florestal apresentado.
- Fauna: De acordo com o levantamento de fauna na área é possível se encontrar animais representativos da mastofauna, avifauna, reptilia dentre outros.

Na área foram relatadas a possível ocorrência de espécies ameaçadas de extinção descritas na Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, conforme Anexo da Portaria MMA n. 443 e 444 de 2014, e na Deliberação Normativa COPAM nº 147 de 2010, porém não foram identificadas espécies da flora. Caso existam espécies da Flora estas, bem como as da fauna, ficam

protegidas de modo integral, incluindo a proibição de coleta, corte, transporte, armazenamento, manejo, beneficiamento e comercialização, dentre outras.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Ao se analisar o descrito no campo do Cadastro Ambiental Rural constata-se que:

O empreendedor deveria observar o disposto no art. 32 da Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 02/2014 sobre o CAR e realizar uma única inscrição para os dois imóveis pertencentes a este, no caso o CAR de nº MG-3123205-7141.C0F6.3351.4302.9055.71F4.B943.F1E5 e o CAR de nº MG-3123205-22F6D78C745141F68C918ABE79C96035 por possuírem a mesma titularidade, para que se possa avaliar o percentual de vegetação nativa das duas propriedades juntas. Sendo assim deveria ser avaliado o imóvel como um todo.

Ao se analisar de forma prévia o outro imóvel o CAR De nº MG-3123205-22F6D78C745141F68C918ABE79C96035, por meio de consulta ao SICAR federal, foi constatado que toda a área do imóvel foi delimitada em área de APP, e que o mesmo é maior do que 04 módulos fiscais, e que por meio de imagens de satélite possui fragmentos de vegetação nativa fora de APP que deveriam ser delimitados como RL.

Logo, considerando a instrução normativa de nº 02 do MMA de 2014 que rege o CAR, e também o código florestal os CARs dos dois imóveis pertencentes ao mesmo proprietário deveriam ser unificados e a reserva legal delimitada primeiramente sem o computo de APP em área de vegetação nativa, para depois se estimar o percentual de vegetação nativa em excedente no imóvel e apto a requerimento de supressão ou compensação ambiental.

Portanto, considerando a necessidade de unificação dos CARs, a delimitação dos percentuais de vegetação nativa, e os percentuais de reserva legal sem computo em APP, bem como o art. 35 da lei 20.922 de 2013 que veta novas supressões quando existe computo em de reserva legal em APP ou reserva legal delimitada em área sem vegetação nativa, conclui-se pela sugestão de indeferimento do pedido.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Este controle processual foi realizado pelo NCP URFBio Mata em apoio a outra unidade, em que são atos a serem praticados de mera execução material, medidas de suporte realizadas por técnicos e gestores ambientais pertencentes à mesma carreira disciplinada pela Lei Estadual nº 15.461/2015.

Trata-se de requerimento de autorização para intervenção ambiental visando à **supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo**, de uma área de **74,54 ha**.

Os custos de análise do processo foram devidamente quitados, conforme documento constante 22126367.

Todo o procedimento deverá ser analisado com base nos termos da Lei Estadual nº 20.922/2013, que dispõe sobre as políticas florestais e de proteção à biodiversidade no Estado, e o seu Decreto regulamentador de n.º 47.749/2019.

Além destes, é claro, em obediência à Constituição da República, e norma infra-legais para assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida.

No que cabe em analisar, percebe-se que o processo encontra-se instruído de acordo com o artigo 9º da ainda em vigor Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/2013, notadamente após a resposta ao ofício n.º Ofício IEF/NAR ARCOS nº. 171/2021 (38873587), no que era possível; de modo que, levando em consideração os aspectos legais mínimos estabelecidos pelo legislador mineiro, o caso encontra-se devidamente formalizado com a documentação exigível, estando apto a ser analisado.

De notório conhecimento que a supressão de vegetação nativa está submetida ao crivo de uma análise prévia do órgão ambiental competente.

Assim, levando em consideração os requisitos legais definidores, eis que foi identificada pelo setor técnico erro quanto à definição correta da área destinada à reserva legal, dentro do indicativo contido no art. 35 da lei 20.922, de 16 de outubro de 2013, segundo o qual, para a ultimação do pedido em tela, será necessário a identificação e destinação correta do *quantum* para a composição da reserva legal, o que acaba por impedir a solicitação da conversão de novas áreas, em face desta incerteza.

E como o regime de exploração florestal no Estado depende do cadastramento (frise-se: cadastramento correto) do imóvel no CAR, eis que o pedido descrito nestes autos guarda em si obstáculo pela legislação ambiental.

Portanto, não concorrem, no caso, todos os requisitos legais para a concessão em tela, conforme esta análise processual, s.m.j., de modo que opinados pelo seu indeferimento.

7. CONCLUSÃO

Considerando o art. 32 da instrução normativa nº 02 de 2014 do MMA que rege o procedimento e Cadastro do CAR;

Considerando a necessidade de unificação dos CAR's em nome da empreendedor e a delimitação das áreas de vegetação nativa, áreas de reserva legal conforme o novo código florestal;

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **INDEFERIMENTO** do requerimento de supressão da cobertura vegetal nativa com destoca em 74,5400ha na Fazenda Unidas Antas, Capão dos Martins e Cocais _ Mat.16.357, localizada no município de Dorcas do Indaia, pelos motivos expostos neste parecer.

8. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(☒) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

- (.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas
(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (x) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Jonas Oliveira de Rezende

MA SP: 1.374.085-7

RESPONSÁVEL(IS) PELO CONTROLE PROCESSUAL

Nome: Wander José Torres de Azevedo

MA SP: 1152595-3

Nome: Thaís de Andrade Batista Pereira

MA SP: 1220288-3



Documento assinado eletronicamente por **Wander Jose Torres de Azevedo, Servidor (a) Público (a)**, em 26/04/2022, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thaís de Andrade Batista, Servidor (a) Público (a)**, em 26/04/2022, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Oliveira de Rezende, Servidor**, em 26/04/2022, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **44813031** e o código CRC **1089D024**.